

“O MUNDO ESTAVA CALADO QUANDO NÓS MORREMOS”: LITERATURA, VIOLÊNCIA E O TRAUMA DO GENOCÍDIO DE RUANDA EM SCHOLASTIQUE MUKASONGA

Kleyton Ricardo Wanderley Pereira¹

RESUMO

De acordo com a Psicanálise, o trauma é uma fixação psíquica do indivíduo numa situação de choque violento, de ruptura, onde a pessoa sobrevivente é marcada por um estado crônico de angústia que a torna incapaz de verbalizar essa experiência. Para Sigmund Freud (1914), a única forma de superar essas memórias traumáticas é perlaborá-las através de um processo que ficou conhecido como a “cura pela fala”, a saber, pela memória do paciente acessar à origem dos sintomas para projetar um outro futuro. Scholastique Mukasonga é uma escritora ruandesa, de uma família tutsi, que sobreviveu ao trauma das guerras, da violência e do genocídio étnico ocorrido em seu país nos anos 1990. Suas obras (Baratas, 2006; A mulher de pés descalços, 2008; e Nossa senhora do Nilo, 2012) são o testemunho individual (SELIGMANN-SILVA, 1999; 2003) de um contexto de guerra que mistura ficção às memórias do país em que ela nasceu. Neste trabalho, investigamos como o processo de escrita de suas “memórias” são, não só uma maneira de Mukasonga abrir as suas mais profundas feridas e contar o inenarrável (HUA, 2006) de suas experiências-limite através da ficção literária, mas também como essas experiências individuais fazem parte de uma memória coletiva (HALBWACHS, 2006) que, como resistência ao apagamento histórico, busca perpetuar as lembranças de todos que estavam fadados ao extermínio, denunciando a brutalidade de suas mortes.

Palavras-chave: Literatura e trauma; Literatura de Testemunho; Literatura ruandesa.

1 Doutor em Letras/Teoria da Literatura pela UFPE. Professor adjunto do Curso de Licenciatura em Letras – Português Inglês da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), na Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST) – PE, kleyton.pereira@ufrpe.br

INTRODUÇÃO

O TRAUMA SEGUNDO A PSICANÁLISE

Neste trabalho procuro articular os conceitos de trauma (FREUD, 1914), memória (HALBWACHS, 2006; HUA, 2006) e testemunho (SELIGMANN-SILVA, 1999; 2003) como parte de um processo de ressignificação da violência e do genocídio em Ruanda na obra ficcional de Scholastique Mukasonga, escritora que sobreviveu ao trauma das guerras civis e do genocídio étnico em seu país de origem, ocorrido nos anos 1990. Dessa maneira, são objetivos dessa análise investigar como o processo de escrita das “memórias” é uma maneira de a autora: a) abrir as suas mais profundas feridas e narrar o inenarrável de suas experiências-limites através da ficção literária; b) compartilhar essas experiências individuais em uma memória coletiva que busca perpetuar as lembranças daqueles que estavam fadados ao extermínio.

Encontrada em quase todos idiomas do Ocidente com a mesma grafia², a palavra trauma vem do grego ‘ferida’ (*τραύμα*) e há muito é utilizada pelo jargão médico para designar lesões físicas que são provocadas por agentes externos. Nos estudos das psicopatologias, procurou-se ampliar o sentido fisiológico para sua dimensão psíquica e, assim, o trauma se refere a “acontecimentos que rompem radicalmente com o estado das coisas do psiquismo, provocando um desarranjo em nossas formas habituais de funcionar e compreender as coisas e impondo o árduo trabalho da construção de uma nova reordenação do mundo” (RUDGE, 2009, p.8-9).

O trauma e suas consequências ocupam uma parcela fundamental na teoria freudiana, junto com a histeria, o inconsciente, a sexualidade e outros temas. No contexto da Viena do final do século XIX, em que a repressão era muito severa, especialmente para as mulheres, Freud desenvolveu, em sua teoria, a relação existente entre os acontecimentos traumáticos, a partir dos conflitos psíquicos da ordem sexual durante a infância, através do relato de suas pacientes. Segundo Freud, a memória de um acontecimento traumático era dissociada porque provocava angústia uma vez que entrava em conflito com as ideias ou desejos do sujeito. Essa dissociação funcionaria como uma forma de defesa de um conflito psíquico no sujeito.

2 Exemplos disso em algumas das línguas mais faladas no Ocidente: *Trauma* (alemão); *trauma*, *traumatisme* (francês); *trauma* (inglês); *trauma*, *traumatismo* (espanhol); *trauma* (italiano).

Para o psicanalista, a busca pela gênese dos traumas levaria o analista cada vez mais a um caminho sem fim, a um passado distante na infância do sujeito, período considerado determinante pela psicanálise, para a construção do psiquismo adulto, e a um acontecimento de natureza sexual. Este acontecimento, no entanto, só se revelaria traumático num segundo momento, um *a posteriori* (*Nachträglichkeit*)³, ou seja, quando houvesse o reconhecimento, por parte do sujeito, do conflito psíquico da ação e desencadeasse neste um sentimento de angústia capaz de dissociar aquela memória do acontecimento traumático, na medida em que ela entrava em conflito com as ideias e os desejos do sujeito, numa tentativa de preservá-lo (Cf. RUDGE, 2009). Naquele tempo, essa teoria seria amplamente criticada pela comunidade médica e pela sociedade por colocar em pauta o tema da sexualidade da criança e os constantes abusos sexuais que teriam sofrido durante a infância, relatados nas sessões de terapia pelos pacientes. Apesar disso, esse conceito de *Nachträglichkeit* será não só de fundamental importância para a Psicanálise, sendo retomado anos depois por Freud e outros psicanalistas da época, como também influenciará até hoje outros campos do conhecimento que trabalham com a história e a memória, dimensões da temporalidade, uma vez que não pode haver coincidência entre o discurso histórico e o acontecimento passado, pois as ideias, desejos e interesses do presente influenciam na reconstrução do passado (Cf. RUDGE, 2009, p.21).

Após o desfecho da Primeira Guerra Mundial, em 1918, foi realizado um Congresso Internacional de Psicanalistas em Budapeste, marco na história da Psicanálise, conferindo-lhe prestígio científico e causando um profundo interesse prático nos seus estudos. Nesse evento, as discussões foram voltadas para as experiências traumáticas de soldados e sobreviventes da guerra. As chamadas neuroses de guerra resultam de uma fixação no momento do acidente traumático, que passa a ser reeditado nos sonhos e ressurgem na forma de ataques que transportam o sujeito para o momento do trauma – *flahback* (Cf. RUDGE, 2009, p.40). Dessa maneira, tais traumas levam os sujeitos a uma fixação no momento do acidente que é repetido na histeria, a partir da transposição para aquela situação, como se não tivessem

3 Segundo Ana Maria Rudge (2009, p. 21): “A ideia da temporalidade *a posteriori* representa uma concepção de causalidade diversa da tradicional, que prevê uma ação linear do passado sobre o presente. Ela indica que, a cada momento, o presente se associa ao passado e transforma a sua significação. Embora tenha sido introduzida nesse momento precoce da elaboração da teoria psicanalítica, essa noção de temporalidade será conservada ao longo de toda a obra freudiana e ainda é fundamental, nos dias de hoje, na psicanálise.”

se desvencilhado do trauma. Assim, a ‘síndrome do sobrevivente’, como depois será conhecida principalmente após a Shoah judaica (Holocausto), é caracterizada pela: 1) incapacidade de verbalizar a experiência traumática; e 2) pela culpa constante por ter sobrevivido.

No entanto, embora pareçam não ter semelhança com os conflitos psíquicos de ordem sexual da infância, para Freud os sintomas traumáticos da vida adulta não estão totalmente apartados daquelas experiências, pois “o psiquismo do sujeito acometido de neurose traumática também é constituído a partir de suas experiências infantis, e que sua constituição é fundamental para se entender os efeitos do acontecimento traumático em sua vida.” (RUDGE, 2009, p.42).

Na busca pela superação do trauma e da situação crônica que se repete, Freud (2006) vai sugerir uma técnica baseada em três processos entre paciente e terapeuta: 1) **recordar**, chamando à consciência dessas cenas enterradas na memória do sujeito; 2) **repetir**, ou atuar (*act out*) que se revela na relação objetal; 3) por fim, **perlaborar** (do alemão *Durcharbeit*, que quer dizer literalmente ‘trabalhar através’, ou ‘perlaborar’), ou seja, a cura pela fala. Para Freud (2006, p.170), “Deve-se dar ao paciente tempo para conhecer melhor esta resistência com a qual acabou de se familiarizar, para elaborá-la, para superá-la, pela continuação, em desafio a ela, do trabalho analítico.” Dessa maneira, podemos dizer que a análise é um processo de retornar, a partir do presente, à origem e arqueologia dos sintomas para projetar um outro futuro.

TESTEMUNHO COMO SOBREVIVÊNCIA

Se para alcançar a ‘cura pela palavra’ é necessário que o sujeito fale sobre sua experiência traumática, como é possível descrever um choque tão violento e inenarrável ruptura com o real quanto uma guerra ou o extermínio de um povo? Como descrever o impacto com algo que, como dizia Jacques Lacan, não tem correspondência com o simbólico? O testemunho⁴ de eventos traumáticos nos colocam diante do limite da linguagem na “simultânea necessidade e impossibilidade” de narrar o inenarrável “excesso de realidade” através da memória cindida do momento-limite. Por esse motivo, o conceito de testemunho põe

4 A palavra testemunho vem do latim *testis*, que quer dizer tanto “aquele que assiste” como também “testículo” (*testes*, no plural), uma vez que na antiguidade clássica só os homens tinham o direito de dar seu testemunho publicamente, ‘atestado’ de sua virilidade, enquanto as mulheres eram excluídas, evidenciando assim o caráter misógino do termo.

em questão fronteiras entre o literário, o fictício e o descritivo. De acordo com o crítico Márcio Seligmann-Silva (1999, p.40):

O testemunho se coloca desde o início sobre o signo de sua simultânea necessidade e impossibilidade. Testemunha-se um excesso de realidade e o próprio testemunho, enquanto narração, testemunha uma falta: a cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de recobrir o vivido (real) com o verbal. O dado inimaginável da experiência concentracionária desconstrói o maquinário da linguagem. Essa linguagem entravada, por outro lado, só pode enfrentar o real equipada com a própria imaginação: por assim dizer, só com a arte a intraduzibilidade pode ser desafiada – mas nunca totalmente submetida.

Pensar um espaço para a escuta (e leitura) da voz (e escrita) daqueles que antes não tinham direito a ela tem um papel central nos estudos literários, principalmente das minorias (SELIGMANN-SILVA, 1999). Isso porque a ‘literalização’ consiste na capacidade de traduzir os fragmentos do trauma vivido em imagens ou metáforas e a imaginação se coloca como um meio para enfrentar a crise revelada nessa incapacidade de testemunhar⁵ e de imaginar o real do trauma. Do ponto de vista do testemunho, a ficção literária, indissociável da vida, é chamada diante do trauma para, pelas portas da imaginação, assumir um compromisso ético de encenar a criação do ‘real’ diante do pavor do contato com certas catástrofes e traumas da humanidade.

Assim como o trauma é caracterizado na estrutura temporal da Psicanálise como uma memória do passado que não passa e se repete várias vezes no presente, também a literatura de testemunho nos

[...] apresenta um modo totalmente diverso de se relacionar com o passado. A sua tese central afirma a necessidade de se partir de um determinado ‘presente’ para a elaboração do testemunho. [...] Ao invés de visar a uma representação do passado, a literatura de testemunho tem em mira a sua

5 Segundo Márcio Seligmann-Silva (2002), a partir das ideias de Dori Laub, um sobrevivente da Shoah e analista de sobreviventes, existe, nos testemunhos dos sobreviventes de genocídios, uma dificuldade e, até mesmo, impossibilidade de tradução total da experiência em termos de pensamento, da memória e da linguagem, além da demora entre o fato, a elaboração por parte da vítima e seu testemunho. Apesar disso, o autor destaca a ‘necessidade’ da narração da cena traumática com sua complexa relação entre os vários discursos – das testemunhas, da memória coletiva, da cena pública, o jurídico e o histórico – ressaltando a necessidade absoluta do testemunho como condição da sobrevivência.

construção a partir de um presente. (SELIGMANN-SILVA, 2002, p.150).

Nesse sentido recorro à obra de Scholastique Mukasonga que passo a analisar mais adiante, como uma forma de testemunho individual de alguém que busca perlaborar seu trauma, mas também na forma de testemunho coletivo de resistência ao memoricídio (apagamento da memória) do genocídio em Ruanda. A autora encontrou na escrita uma forma de dar corpo e voz aos seus mortos e sepultá-los com as palavras.

RUANDA: PRENÚNCIOS DE UMA TRAGÉDIA

O genocídio em Ruanda deve ser compreendido a partir da lógica do colonialismo. Isso porque o horror do colonialismo levou a dois tipos de impulsos genocidas: primeiro, o do nativo pelo colonizador; segundo o do nativo de eliminar o colono (MAMDANI, 2002). Neste último caso, os tutsis eram vistos pelos hutus como estrangeiros que deveriam ser expulsos de suas terras. Com o fim da Primeira Grande Guerra, Ruanda e Burundi passaram do domínio da Alemanha para a Bélgica. Durante todo o período de domínio colonial belga, os Hutu, grupo étnico de maioria no país, foram explorados de maneira predatória, enquanto a elite Tutsi foi privilegiada, o que acirrou ainda mais as disputas existentes entre as diferentes etnias. A partir de 1931, as autoridades coloniais impuseram aos colonizados o uso de cartão que identificasse o grupo étnico a que o portador pertencia, reforçando uma política de segregação que incidiria no ódio entre os grupos, até seu desfecho trágico em 1994.

Em 1959, com a morte do último rei Tutsi, Mutara Rudahigwa, os Hutu lideraram uma série de massacres causando a fuga de milhares de Tutsis. Esses massacres se repetirão em outros momentos na história da Ruanda: em 1963, em Nyamata, quando o exército Hutu conduziu uma série de massacres generalizados; e em 1973, quando os militares, liderados pelo major Juvénal Habyarimana, deflagraram um golpe de estado.

Foi assim que, pós repetidas perseguições e massacres, durante os meses de abril e julho de 1994, Ruanda foi palco de um dos maiores genocídios do século XX, quando aproximadamente 80% da população da etnia Tutsi do país foi brutalmente assassinada. Segundo dados não oficiais, mais de um milhão de pessoas, entre tutsis e hutus moderados, foram mortas, esquartejadas por machetes, humilhadas, mutiladas e sexualmente violentadas, em especial as mulheres, a partir da atuação premeditada e organizada de agentes do governo, lideranças locais de bairros e vilas em todo o país, com o propósito

de exterminá-las de maneira definitiva. Mais do que isto: com o propósito de, através do seu completo extermínio, apagar-lhes da memória, negar-lhes a existência.

As inúmeras tentativas de paz após os acontecimentos de 1994 resultaram em um desfecho rápido e forçado aos problemas, principalmente silenciando as vítimas sobreviventes que precisavam lidar com o trauma da guerra e elaborar o luto pelos seus mortos. A eles foi pedido que esquecessem e não falassem mais sobre o assunto, numa tentativa de destruir a memória, impossibilitando a reelaboração da maior tragédia da história recente do país e a possibilidade de um futuro. O Estado, assumindo um discurso de união nacional e conciliação entre Tutsi e Hutu, tentou dar um rápido desfecho construindo seus *lieux de mémoire* (museus e memoriais), exumando cadáveres enterrados em fossas coletivas, publicando um dicionário com o nome dos desaparecidos. Foram criadas comissões para apurar a verdade dos acontecimentos. Mas como elas não previam sanções penais para os culpados, transformaram-se num “ritual de anistia disfarçado de boas intenções” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.77), corroborando o projeto de suposta reconciliação e unificação do governo ruandense.

Tal prática de apagamento é violenta na medida em que a negação da memória se configura como a negação da própria voz e da existência.

O acesso à voz, e à possibilidade de se colocar no mundo como sujeito do discurso, privilegia os vencedores e silencia os vencidos. Se o genocídio procura aniquilar o povo subjugado, anular e distorcer a existência dos acontecimentos vividos por ele, é possível dizer que o arquivamento da história tradicional, o dos vencedores, compromete e perverte a transmissão da memória, a reelaboração do passado e a possibilidade de futuro. O arquivo que silencia os sobreviventes é, portanto, uma forma de destruição que se converte em fato histórico [...], legitimado pelas estruturas sociais. (LAGO E LOUSA, 2008, p.77-78)

Apesar disso, as vozes das mulheres sobreviventes ao genocídio constroem testemunhos que possibilitam perlaborar o trauma vivido por elas e salvaguardar a memória daqueles que morreram. Seus textos, construídos na fronteira entre a literatura ficcional e o testemunho histórico, são ferramentas para reelaboração do passado por meio da narrativa. Nesse contexto de

sobrevivência, a obra de Scholastique Mukasonga⁶ rompe com o silenciamento e preenche as lacunas da história, imposta pelo genocídio.

MUKASONGA E O TESTEMUNHO DOS MORTOS

Nascida na Província de Gikongoro, Ruanda, em 1956, de uma família Tutsi, Scholastique Mukasonga teve que viver desde cedo fugindo constantemente das disputas e perseguições étnicas em seu país, vivendo em campos de refugiados, migrando para o Burundi, em 1973, e posteriormente para a França, em 1992, onde permanece até os dias atuais. Dois anos após migrar para a Europa, Mukasonga perderia vinte e sete membros de sua família durante o genocídio, dentre eles quase todos os irmãos e irmãs, seu pai e sua mãe. Em *A mulher de pés descalços* (2008), a autora abre com uma dedicatória-epitáfio à memória de sua mãe Stefania:

Não cobri o corpo da minha mãe com o seu pano. Não havia ninguém lá para cobri-lo. Os assassinos puderam ficar um bom tempo diante do cadáver mutilado por facões. As hienas e os cachorros, embriagados de sangue humano, alimentaram-se com a carne dela. Os pobres restos de minha mãe se perderam na pestilência da vala comum do genocídio, e talvez hoje, mas isso não saberia dizer, eles sejam, na confusão de um ossuário, apenas osso sobre osso e crânio sobre crânio.

Mãezinha, eu não estava lá para cobrir o seu corpo, e tenho apenas palavras – palavras de uma língua que você não entendia – para realizar aquilo que você me pediu. E estou sozinha com minhas pobres palavras e com minhas frases, na página do caderno, tecendo e retecendo a mortalha do seu corpo ausente (MUKASONGA, 2017, p. 6-7).

Em meio a esse processo de (r/d)escrever as memórias da mãe e as próprias, a narradora se dedica a recontar os acontecimentos que antecederam o genocídio e as memórias afetivas que recuperam elementos da cultura Tutsi:

6 Recentemente, em 2017, a autora foi convidada a participar da FLIP, onde lançou seus três livros traduzidos para o português e publicados pela Editora Nós (ver referências) pertencentes ao gênero 'Literatura estrangeira', segundo informações do site da própria editora. Os textos foram originalmente publicados em francês, pela Editora Gallimard, na coleção *Continents Noirs*, na seguinte ordem cronológica: *Inyenzi ou les Cafards* (2006), sob o gênero *Mémoires et autobiographies* (Memórias e Autobiografias); *La femme aux pieds nus* (2008) e; *Notre-Dame du Nil* (2012), ambos sob o gênero *Romans et récits* (Romances e narrativas).

narrativas de tradição oral, cantigas melancólicas e outras histórias contados pela personagem Stefania ao redor das chamas da cozinha, palavras no seu idioma materno, a organização da casa e das mulheres da comunidade, as tradições, os rituais, uma série de elementos que vão (recom)por em cena elemento desse imaginário. Através de um jogo dialético, segundo Rodrigues (Cf. 2018), Mukasonga insere uma dupla memória em sua obra: o desejo de preservar o passado de sua cultura e assume a tarefa de preservar a memória da família através da figura materna, como uma autêntica guardiã.

– Você reconhece quem são? pergunta Cândida. Olhe bem, eles estão aqui e eu estou com eles, você reconhece os seus? Reconhece Stefania?

Cândida é apenas uma sombra cada vez mais tênue e a voz dela é só um eco distante:

– Você tem um pano grande o suficiente para cobrir todos eles... para cobrir todos... todos? (MUKASONGA, 2018a, p.156)

Podemos dizer que, dessa forma, sua obra se transforma na possibilidade de não só vivenciar o luto e poder enterrar seus mortos, mas também de garantir a “permanência deles no mundo, de contar aquilo que viveram, de denunciar a brutalidade de suas mortes” (LAGO E LOUSA, 2018, p.78).

Funcionando como uma espécie de prelúdio dos acontecimentos, o romance *Nossa Senhora do Nilo* (2012) narra a história de um colégio católico só de meninas que aplica rigorosamente o limite de cotas de 10% de alunas da etnia Tutsi e as mais variadas formas opressoras de controle e disciplina dos corpos e dos pensamentos impostos pela colonização, principalmente às mulheres. É assim que serão formadas as futuras damas que casarão com os homens mais importantes da elite ruandesa, uma vez que “As internas do liceu são filhas de ministros, de militares de alta patente, de homens de negócios, de ricos comerciantes. O casamento das filhas é uma questão política para eles e as moças têm orgulho de si, elas sabem o valor que têm.” (MUKASONGA, 2017, p. 5).

É no espaço do liceu católico *Nossa Senhora do Nilo*, nome que dá título à obra, microcosmo de observação da sociedade pós-colonial, que são percebidas as tensões étnicas e sociais profundamente arraigadas em Ruanda, que vão aos poucos alimentando, primeiro o apagamento da ancestralidade pela renúncia de seus nomes, sua língua materna, seus costumes, suas crenças; e posteriormente, a segregação, o discurso de ódio e a violência no convívio diário entre as personagens. É assim que acontece na obra com a personagem

Verônica, humilhada e estuprada, com sua existência negada e a memória apagada pelas marcas da violência⁷: “Eles tiraram a roupa da Tutsi e a forçaram, batendo nela, a dançar nua diante da imagem. Depois a colocaram no trono, vestiram-na com o chapéu e afastaram suas pernas. Não vou contar o que fizeram com os bastões e com ela” (MUKASONGA, 2017, p. 257).

A lógica premeditada de perseguição, humilhação o extermínio se apresenta através das ações da personagem Gloriosa, representante da ideologia Hutu estatal. Acreditando estar a serviço de seu país, ela articula a higienização do liceu com a Juventude Militante Ruandesa – JMR para livrá-lo de “parasitas, de impurezas, de imundices, que fazem este lugar ser indigno”, ressaltando que é o “trabalho dos verdadeiros militantes.” (MUKASONGA, 2017, p.230). Essa mesma visão de higienização étnica e racial será sustentada no romance pelo padre Herménégilde, nacionalista que abusava sexualmente das meninas do liceu e espalha rumores de uma conspiração tutsi para dominar o país⁸, fundamentada no discurso antissemita:

Os tutsis são como são os judeus [...] . Talvez eles não queiram conquistar o mundo, mas [...] estão maquinando possíveis complôs contra nossa revolução social. Já expulsamos muitos deles de Ruanda e estamos de olho nos que restaram, [...] a começar pelos parasitas que estão em nossas escolas e universidades. (MUKASONGA, 2017, p.126)

O testemunho de Mukasonga, nesse sentido, rompe o silêncio e denuncia uma série de violências⁹ principalmente contra as mulheres Tutsi, na tentativa

- 7 O genocídio em Ruanda teve um peso maior para as mulheres uma vez que os assassinatos eram precedidos de estupros coletivos e outras formas de violências sexuais como compensação para os assassinos. Os estupros e assassinatos eram realizados publicamente para aumentar o impacto da violência e assustar os moradores locais. Além disso, eles eram realizados por pessoas com HIV para perpetuar a violência e assegurar o lento extermínio das sobreviventes.
- 8 A esse respeito, Mahmood Mamdani (2002, p.233) dirá: “os autores do genocídio se viam como as verdadeiras vítimas de um drama político em andamento, vítimas de ontem que ainda podem ser vítimas novamente. Essa certeza moral explica a fácil transição das vítimas de ontem para assassinos na manhã seguinte.” (Tradução nossa).
- 9 O genocídio em Ruanda teve um peso maior para as mulheres uma vez que os assassinatos eram precedidos de estupros coletivos e outras formas de violências sexuais como compensação para os assassinos. Os estupros e assassinatos eram realizados publicamente para aumentar o impacto da violência e assustar os moradores locais. Além disso, eles eram realizados por pessoas infectadas pelo vírus da AIDS, para perpetuar a violência e assegurar o lento extermínio das sobreviventes.

de revelar a condição feminina atravessada pelas variadas formas de violência e extermínio. Esta mesma dimensão também está presente nos outros dois livros da autora traduzidos no Brasil. Em *Baratas* (2018), encontramos um relato de memória coletiva e individual que descreve, de maneira crescente, as consequências dos massacres até culminar com o episódio mais sangrento de 1994. Nele encontramos uma verdadeira *via crucis* em “pequenas humilhações cotidianas, o medo e a política segregacionistas de erradicação de uma população submetida à condição de animal a ser destruído”, diz Leonardo Tonus, na apresentação do livro (2018).

O roteiro dos capítulos segue desde os anos 50, passando pelo período de independência no início dos anos 60, pelo ápice do genocídio em 1994, até o momento em que a narradora relata o reencontro com seu país, dez anos após os acontecimentos. O que vemos é o testemunho que reconstrói a vida dos que tiveram seus corpos, sua existência e sua memória dilacerados pelo genocídio e as angustiantes reflexões da narradora que constantemente se culpa por ter sobrevivido:

Da morte dos meus, só me restam buracos negros e fragmentos de horror. O que mais faz sofrer? Ignorar como foram mortos ou saber como os mataram? O terror do qual foram tomados, o horror que sofreram, às vezes é como se eu tivesse o dever de senti-los, às vezes é como eu tivesse o dever de escapar. Não me resta nada a não ser a lancinante recriminação de estar viva em meio a todos os meus mortos. Mas o que é o meu sofrimento, comparado ao que eles sofreram antes de obter de seus carrascos essa morte que, para eles, foi sua única libertação. (MUKASONGA, 2018b, p.136)

Assim, para expiar a culpa por sobreviver, a narradora tenta reconstruir no último capítulo da obra, intitulado “2004: na estrada do país dos mortos”, os fragmentos dessas memórias ao percorrer, dez anos após o genocídio, os caminhos para os lugares e vilarejos que foram destruídos e (re/ins)escrever (n)a história a lembrança de todos aqueles que tiveram seus gritos de dor silenciados pela tragédia, mas que, nas suas palavras, “no caderno escolar que nunca me deixa, registro seus nomes, e não tenho pelos meus e por todos aqueles que pereceram em Nyamata, nada além deste túmulo de papel.” (MUKASONGA, 2018b, p.182). Ou seja, as palavras são a possibilidade simbólica de cobrir a memória dos mortos com o pano da mortalha, dando-lhes a dignidade de serem velados e enterrados, e ao mesmo tempo permitir ao sobrevivente fazer o luto que lhe foi tirado pela violência do genocídio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No texto, vimos, a partir do olhar da psicanálise freudiana, como a teoria do trauma se constrói e como é possível superá-lo. De forma semelhante à “cura pela fala”, a literatura de testemunho pode ressignificar o trauma através do seu perlaborar. Assim, ficções literárias sobre eventos traumáticos permitem o não silenciamento dessas memórias pela homogeneização do discurso ou mesmo pelo seletivo apagamento histórico provocado pelo discurso oficial.

No caso específico de Scholastique Mukasonga, sua obra como resistência ao discurso hegemônico da história e ao silenciamento do genocídio em Ruanda se impõe como um dilema ético entre preservar e reescrever a memória daqueles que morreram e tiveram não apenas o direito à vida negado, mas também o direito à própria existência. Através do testemunho, a literatura se transforma em um lugar privilegiado de (des/re)construção da memória individual e coletiva a partir da ficção e do imaginário. Como uma Antígona contemporânea, Mukasonga empreendeu o retorno à terra devastada, ao mundo aniquilado pela barbárie, para dar sepultura aos seus mortos, ato simbólico de fechamento de um ciclo, em bora as feridas abertas nunca parem de sangrar. A tentativa de auto-narração estende-se metonimicamente para uma narrativa mais ampla, a da nação que se destruiu, ressurge, exibindo ao mundo, pelo discurso vigoroso e destemido da filha, irmã, anunciando ao mundo a tragédia que não se pode calar.

O registro literário dos crimes cometidos em Ruanda contra os da etnia Tutsi, a omissão do mundo, como na tragédia do Biafra, na Nigéria, a conivência e a participação de líderes políticos e religiosos transformaram os acontecimentos ali registrados das maiores atrocidades a que o século XX assistiu na comodidade dos seus lares, no luxo dos seus refúgios, indiferentes ao genocídio de uma nação.

Por fim, a escrita de Mukasonga vem ao encontro da carência de informação correta e de depoimento destemido de que sofre a contemporaneidade. A edulcoração de algumas notícias e a exacerbação de outras, lançam nuvens sobre a compreensão mais aprofundada de fatos que se encenam perto de nós mas que a preguiça de aprofundar e o descaso por se referir imediata e diretamente a nós. Seu o texto arranca o leitor do seu conforto de mero espectador e empurra-o para o confronto dos conflitos que a sua experiência dolorosa transmuta em arte. A escrita como catarse é o caminho encontrado por esta ruandesa que teima em falar de um mundo que não se sepultou no passado. De mortos que não foram sacrificados em vão. De mortos, mais vivos que nunca na pena inspirada da mulher que vive para contar ou conta para viver.

REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar. In.: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p.163-171.

HATZFELD, Jean. **Machete season**: the killers in Rwanda speak – a report. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 2005.

LAGO E LOUSA, Pilar. Mulheres anarquizadas: testemunho, violência e condição feminina em *Nossa Senhora do Nilo*, de Scholastique Mukasonga. **Revista Travessias**, Cascavel, v.12, n.3, p.76-95, set./dez. 2018. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/viewFile/20902/13548>>. Acesso em: 12 abril 2020.

MANDANI, Mahmood. **When victims become killers**: colonialism, nativism, and the genocide in Rwanda. Princeton, New Jersey: PrincetonUniversity Press, 2002.

MUKASONGA, Scholastique. **A mulher de pés descalços**. São Paulo: Editora Nós, 2018a.

_____. **Baratas**. São Paulo: Editora Nós, 2018b.

_____. **Nossa senhora do Nilo**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

RODRIGUES, Adriana Cristina Aguiar. Prelúdio a um genocídio: memória, rumor e teor testemunhal na narrativa de Scholastique Mokasonga. In.: **Caligrama**. Belo Horizonte, vol. 23, n. 3, p.63-82, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/viewFile/13986/1125612005>>. Acesso em 12 abril 2020.

RUDGE, Ana Maria. **Trauma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

SELIGMAN-SILVA, Márcio. Fotografia como arte do trauma e imagem-ação: Jogo de espectros na fotografia de desaparecidos das ditaduras na América Latina. **Resgate**, Campinas, vol. XVIII, n. 19, p. 46-66, jan./ju., 2010. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645678/12978>>. Acesso em: 08 abril 2020.

_____. Literatura e trauma. **Revista Pró-Posições**, Campinas, vol.13, N.3 (39), set./dez., 2002. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643943/11399>>. Acesso em: 08 abril 2020.

_____. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, vol. 20, N.1, p.65-82, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>>. Acesso em: 08 abril 2020.